

YANOMAMI



A tragédia continua

O genocídio da nação Yanomami é o paradigma da política indigenista praticada pelo governo Sarney, que começou chantageando os Kayapó e termina com a criação de reservas garimpeiras no interior do território yanomami, numa atitude de afronta à Justiça Federal, que desrespeita os mais elementares direitos da pessoa humana.

Um golpe sujo inaugurou a política indigenista do governo Sarney. Em abril de 1985, os Kayapó haviam conseguido expulsar milhares de garimpeiros invasores de seu território, ainda não demarcado. Para começar o processo de demarcação, o governo impôs como condição o retorno dos garimpeiros. Outro golpe sujo fechou a política indigenista do governo Sarney. No dia 16 de fevereiro, o presidente assinou decretos criando as reservas garimpeiras de Uraricoera e Catrimani-Couto Magalhães, dentro do território dos Yanomami.

No que se refere aos direitos das nações indígenas, todo o governo Sarney foi marcado por práticas espúrias, ilegais, favorecedoras de interesses militaristas, empresariais, eleitoreiras, latifundistas e de escroques de todo tipo. De qualquer ângulo que analise a política indigenista governamental nos últimos cinco anos, um observador honesto distinguirá ali os selos da delinquência, do engano, da corrupção, da violência, do propósito deliberado de acelerar a desintegração das sociedades indígenas.

É verdade que os problemas que desgraçam os povos indígenas no Brasil não foram inaugurados pelo presidente Sarney. Durante o seu governo, porém, eles foram agravados de maneira brutal, como revela a tragédia dos Yanomami.

Para entender esta tragédia é preciso discutir, antes, alguns conceitos e também preconceitos que sempre afloram em certas parcelas da opinião pública quando a questão são os índios.

HITLER É GENOCIDA, JOSÉ SARNEY TAMBÉM

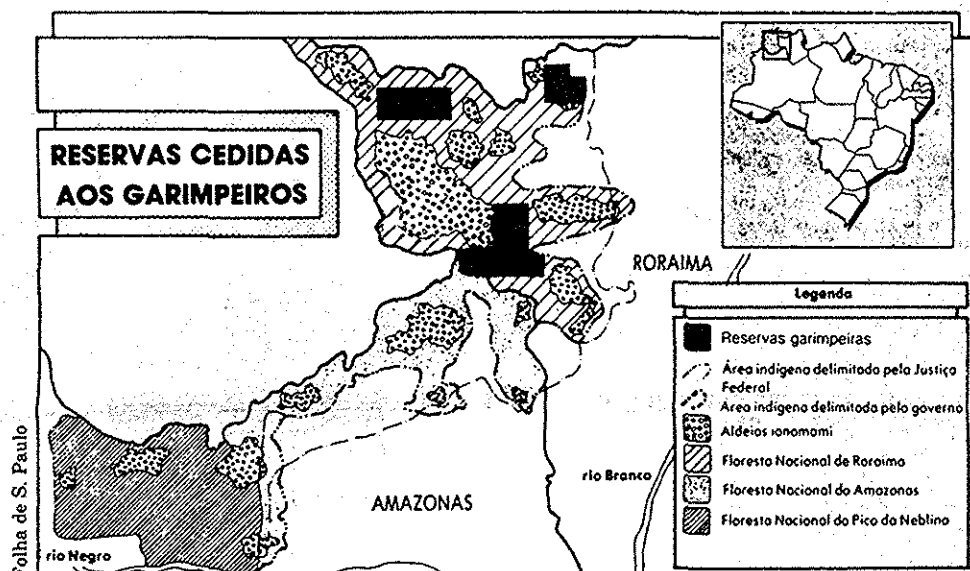
Desde o início de 1987, quando o território yanomami passou a ser invadido por milhares de garimpeiros, o Cimi e diversas outras entidades indigenistas denunciaram que a existência daquele povo estaria comprometida se os invasores não fossem retirados. A partir de então, o conceito de genocídio passou a ser utilizado para caracterizar o processo a que os Yanomami estão submetidos até hoje. Muita gente de boa fé, inclusive juristas de importância no cenário nacional, considera o termo exagerado, concedendo que ele seja

usado como recurso retórico pela imprensa.

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, porque é um dos maiores responsáveis pela atual situação calamitosa dos Yanomami, não admite que o conceito possa ser aplicado ao caso. O ministro chegou a chamar de "cretinos" os representantes das organizações não-governamentais Médicos do Mundo e Survival International que, no início de fevereiro, denunciaram em Paris a "ameaça de genocídio" contra os Yanomami. E, numa malcriada resposta a Armando Rollemberg, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que lhe enviara um telex estranhando a sua decisão de abrir um inquérito contra dois jornalistas franceses que filmaram uma Yanomami agonizante, afirmou que "segundo as pessoas cultas do mundo, o crime de genocídio, neste século, somente ocorreu na Alemanha de Hitler, na Rússia de Stalin e nas malditas guerras mundiais provocadas por interesses econômicos e pela intolerância ideológica". Rollemberg voltou a escrever a Saulo Ramos, admitindo que, talvez, do ponto de vista técnico e jurídico, "a expressão esteja mesmo sendo mal empregada". E questionou: "Nessa hipótese (...), que termo utilizar para classificar do ponto de vista jurídico a morte de cerca de 15% a 20% de uma nação indígena, no curto período de dois anos, às barbas das autoridades do governo? Teria sido melhor, mais próprio — e quem sabe mais "culto" — falarmos em "extermínio", "aniquilamento" ou "chacina"?

A resposta a esta questão, longe de ser um exercício de preciosismo semântico, é fundamental para a avaliação das responsabilidades do governo Sarney.

Genocídio, segundo uma das definições da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, é o crime cometido por alguém que, "com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso", submeta "o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial". A intencionalidade é uma de suas características essenciais. Adolf Hitler é o exemplo clássico de genocida. O regime nazista, de maneira intencional, dolosa, adotou medidas com o



A invasão dos garimpeiros começou na década de 70

Até recentemente, os Yanomami eram considerados a maior nação indígena das Américas a manter as suas tradições culturais pouco alteradas. Com uma população aproximada de 20 mil indivíduos, o território tradicional yanomami abrange, há vários séculos, o extremo norte do Brasil, abrangendo parte dos Estados de Roraima e Amazonas, e o Sul da Venezuela.

Desde 1968, foram apresentadas ao governo brasileiro mais de 20 propostas de demarcação das terras yanomami. A portaria da Funai nº 1817, de 1985, delimitou a sua superfície em 9.419.108 hectares. Esta delimitação foi reconhecida pela liminar do juiz federal Novelty Vilanova, da 7ª Vara do Distrito Federal.

A nação Yanomami é formada por quatro subgrupos, que falam as línguas Yanam, Yanomam, Yanomamö

e Sanumá. Os primeiros contatos diretos com a sociedade envolvente datam das primeiras décadas do século 20.

A primeira invasão de garimpeiros ocorreu em 1975, na Serra de Surucucú, facilitada pela abertura da Perimetral Norte, e motivada pelas informações do Projeto Radambrasil sobre as jazidas de minérios naquelas terras.

Em fevereiro de 1985, o empresário José Altino Machado comandou uma maciça invasão da região. Mas os garimpeiros foram expulsos por contingentes do Exército, Polícia Federal e Polícia Militar. Apoiado por autoridades federais e de Roraima, Altino não desistiu. E a partir de 1987 voltaria a promover invasões.

Apesar de todas as denúncias, no Brasil e no Exterior, as autoridades não tomaram quaisquer providências para coibi-las.

objetivo de exterminar, aniquilar os judeus enquanto etnia, enquanto grupo nacional. Teria Sarney pontos em comum com Hitler?

Considerem-se friamente os seguintes fatos:

1) Antes da maciça invasão garimpeira de 1987, o governo fez propaganda da extravagante idéia de

que as propostas de regularização das terras dos Yanomami eram pretexto para que os índios constituíssem um Estado independente do Brasil. Esta propaganda serviu tanto para justificar o Projeto Calha Norte, elaborado pelo secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Rubens Bayma Denys, e a

Em cada ato do governo, a marca do engano...



instalação de bases militares naquelas terras, como serviu, mais tarde, para justificar a presença dos garimpeiros. Ainda agora, no dia 3 de fevereiro, o general Antenor Santa Cruz, comandante militar da Amazônia, reafirmou que a permanência dos garimpeiros ali "tem importância estratégica para a ocupação do território nacional".

2) O governo foi alertado várias vezes no final de 1986 de que o território yanomami estava sendo invadido. Embora fosse público e notório que a invasão logo assumiria grandes proporções, as autoridades não tomaram quaisquer providências para evitá-la. Ao contrário, incentivaram-na, permitindo que a pista de pouso do Paapiú, construída pela Aeronáutica para o Projeto Calha Norte, passasse a ser utilizado como base de apoio dos invasores.

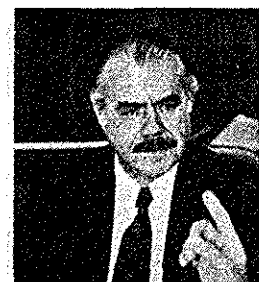
AS TESTEMUNHAS SÃO EXPULSAS

No mês de agosto de 1987, o governo expulsou os missionários e as equipes médicas da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) que atuavam na área, as únicas testemunhas que podiam denunciar a invasão e as suas consequências, que já se faziam notar: agravamento do quadro sanitário, violências contra os índios etc. No mês seguinte, para dar satisfação à opinião pública, a Funai, o Exército, a Aeronáutica, a Polícia Federal e a Polícia Militar do Território de Roraima ensaiaram uma operação de retirada dos garimpeiros. Foi só um ensaio, para inglês ver. E que acabou estimulando a permanência dos invasores que continuaram na área e a volta dos que foram retirados.

4) Em setembro de 1988, o governo aplicou o grande golpe: reduziu o território yanomami em mais de 76% de seu tamanho original, com a criação das 19 áreas indígenas isoladas e mais um parque e duas florestas nacionais. A decisão visava a institucionalização da invasão. O então presidente da Funai, Romero Jucá Filho, que articulou a medida com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, logo em seguida foi nomeado governador de Roraima. No discurso de posse prometeu defender os invasores, calculados em 20 mil.

5) Pressionado por inúmeras entidades indigenistas e de direitos humanos de todo o mundo, o governo anunciou no início de 1989 que as Forças Armadas iriam retirar os garimpeiros de algumas áreas invadidas. Como de outras vezes, o anúncio não passou de blefe. Em janeiro, o então ministro da Justiça, Paulo Brossard, encaminhou a Sarney relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana sobre a situação em Roraima. O documento descrevia o clima de violência, as violações dos direitos humanos dos índios, a poluição dos rios, a corrupção de funcionários públicos, as atividades ilegais de mineração, a sonaga-

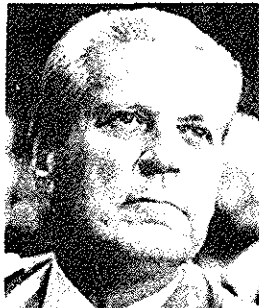
Eis os responsáveis pelo genocídio dos Yanomami



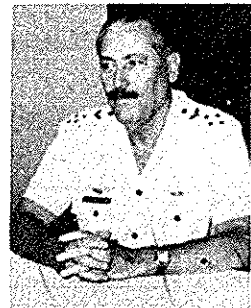
José Sarney



Bayma Denys



Leônidas Pires



Moreira Lima



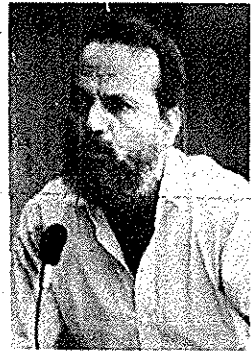
Saulo Ramos



Iris de Oliveira



Romero Jucá



Altino Machado



Carlos Muzzi



Débora Duprat

O subprocurador geral da República, Carlos Victor Muzzi, formalizou junto à Câmara dos Deputados a acusação, por crime de responsabilidade, do presidente José Sarney e dos ministros Saulo Ramos, da Justiça; Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica; Seigo Tsuzuki, da Saúde; Vicente Fialho, das Minas e Energia; e João Alves, do Interior. Todos eles assinaram os decretos que criaram as reservas garimpeiras no interior das terras yanomami, ferindo os dispositivos constitucionais que garantem aos índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam e descumprindo, afrontando a ordem liminar da Justiça Federal que determinou a interdição do território yanomami e a retirada dos garimpeiros.

É de justiça que estas autoridades fossem também arroladas em processo por crime de genocídio contra a nação Yanomami. Pois, através deste e de outros atos, submeteram, intencionalmente, ao que tudo indica, aquele povo "a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial". Esta é uma das definições do crime de genocídio das leis Lei n° 2.889, de 1° de outubro de 1956.

Também são responsáveis pelo genocídio dos Yanomami o general Rubens Bayma Benys, do Gabinete Militar, o criador do Projeto Calha Norte; os ministros da Justiça, Saulo Ramos, e Leônidas Pires Machado, do Exército, por descumprir a liminar da Justiça Federal; o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, por não cumprir as suas obrigações legais de proteção aos índios; o governador Romero Jucá e o empresário Altino Machado, ambos por planejar e executar a ocupação do território yanomami e a destruição daquele povo.

Os defensores dos índios

O Ministério Público, através do subprocurador geral da República, Carlos Victor Muzzi, e dos procuradores Eugênio Aragão, Débora Duprat e Oswaldo Barbosa tem defendido com firmeza a vida e os direitos do povo Yanomami.

ção de impostos e o contrabando de ouro. Não foi por falta de informação que o governo deixou de defender os índios, como era sua obrigação legal.

6) Instado pela Justiça Federal, em novembro do ano passado a retirar os garimpeiros e, em dezembro, a interditar as dezenas de pistas de pouso clandestinas, Sarney negou o quanto pôde, empurrando o problema para o governo Collor de Mello. E ainda tripudiou sobre o Po-

der Judiciário, criando duas reservas garimpeiras no interior do território interditado.

7) Ao contrário do que parece, nenhuma dessas ações tem como objetivo a proteção dos garimpeiros, homens de todo o País, desgraçados pela situação econômica, que buscam no garimpo a sorte grande, como numa loteria. Mas que acabam trabalhando como escravos, em condições de saúde precaríssimas. Explorados

até o osso, os garimpeiros são buchas de canhão dos donos do garimpo e dos comerciantes do ouro. As ações do governo também não trazem benefícios ao País. Além dos prejuízos que os garimpos causam ao meio ambiente, o País perde a maior parte do minério garimpado. Oficialmente, o Estado de Roraima produz 1.200 quilos de ouro por mês. Na verdade são três ou quatro toneladas. A diferença é contrabandeada.

8) O saldo mais terrível de tudo isso foi a perda de pelo menos 15% da população Yanomami de Roraima, segundo denúncias do Cimi e da Ação pela Cidadania. A morte de cerca de 1.000 pessoas no período de dois anos pode parecer pouco. Mas, como ponderou ao Porantim a médica Maria Gorete Selau, que recentemente participou de ações emergenciais de saúde entre os Yanomami, "este número corresponde, proporcionalmente, ao total de mortos na Europa durante a II Guerra Mundial".

Fica claro, assim, que os Yanomami sofreram um processo de extermínio, aniquilamento, chacina. Mas este processo não ocorreu de maneira espontânea ou de forma incontrolável, como tentam fazer crer os propagandistas oficiais. Não é preciso ser jurista para perceber que, nas circunstâncias em que se deu, com a omissão deliberada, com o conivência e com o apoio ativo do Governo Federal, a chacina dos Yanomami tem todas as características de um genocídio, nos termos em que a Lei define este crime de lesa-humanidade.

OS ÍNDIOS MORREM, SAULO FAZ PIADAS

É impressionante constatar, por outro lado, que o conteúdo criminoso das ações do governo no caso Yanomami veio embalado em formas que se revelaram cada vez mais descaradas, cínicas. Revelou-se um estilo de administração em que até mesmo os rituais da democracia formal eram deixados de lado. A "liturgia do cargo", de que tanto falou Sarney, neste caso tornou-se uma pantomima macabra. Enquanto os índios morriam em Roraima, o ministro da justiça fazia piadas em Brasília, principalmente se estivesse diante de uma câmara de televisão, ele que pretende disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. Privadamente também: dois dias antes de sofrer o acidente automobilístico em Minas Gerais, o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, esteve no gabinete de Saulo Ramos, acompanhando o presidente do Cimi, Dom Erwin Krautler, que solicitou a audiência para denunciar o atentado que sofreu recentemente (ver página 12). Após os cumprimentos, o ministro disparou: "Vamos conversar sobre o caso de Dom Erwin. Depois a gente brinca de Yanomami".

O juiz Novelty Vilanova da Silva Reis, da 7ª Vara do Distrito Federal, não estava brincando quando, no dia 20 de outubro do ano passado, concedeu a liminar solicitada pelo Ministério Público para interditar o território yanomami e retirar de lá os garimpeiros. Sua ordem, porém, nunca foi levada a sério. A Funai e a

...da delinquência da corrupção, da violência...

Mulher da maloca Heroutheri: a desnutrição solapa a saúde dos índios

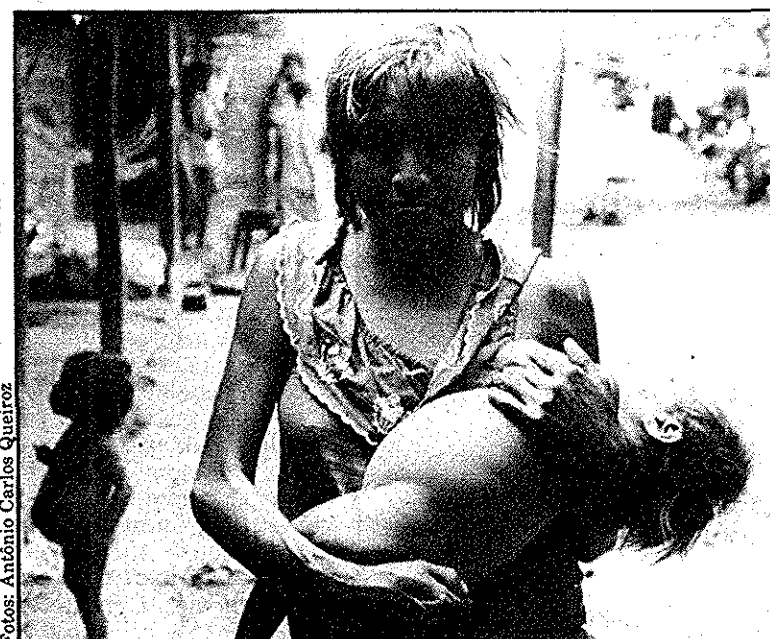


Foto: Antônio Carlos Queiroz

Polícia Federal alegaram não poder cumprir a por falta de recursos. O juiz, então, convocou o Exército e a Aeronáutica para realizar a tarefa. Do mesmo modo as duas forças desconheciam a determinação, sob o pretexto de que a ação poderia afetar o resultado das eleições presidenciais no segundo turno. No caso do Exército, a recusa pode estar ligada à sua histórica dificuldade em ações deste tipo. Como se recorda, 20 mil soldados levaram mais de dois anos para desalojar 69 guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil das selvas do Sul do Pará, na década de 70, assim mesmo só depois que passaram a contar com o apoio de uma brigada de pára-quedistas de elite.

No início de dezembro, o juiz João Baptista Coelho Aguiar determinou que a Aeronáutica interditasse as pistas de pouso do garimpo. A ordem também não foi cumprida, até hoje.

PARECE QUE O GOVERNO SE MEXE

Apenas no início de janeiro pareceu que o governo se mexia. No dia 3 iniciou-se, em precárias condições, o plano de atendimento emergencial de saúde aos Yanomami, coordenado pelo Ministério da Saúde. No primeiro dia só um dos três aviões requisitados pôde decolar com mantimentos porque os outros dois estavam com defeito... Até agora houve três destas operações, com o apoio de médicos, enfermeiros e antropólogos da CCPY, Escola Paulista de Medicina, Diocese de Roraima, Fiocruz e outras entidades indigenistas da sociedade civil que integram a Ação pela Cidadania. Por falta de recursos, apenas a segunda teve resultado considerado satisfatório. O relatório final das ações registra o desaparelhamento de 15% da população Yanomami em Roraima, mais de 1.000 pessoas, e adverte que se os garimpeiros não forem retirados, de nada adiantarão novas ações de saúde.

Somente no dia 8, agentes da Polícia Federal ocuparam o Aeroporto Internacional de Roraima, dando início à operação que deveria ser para retirar os garimpeiros do território indígena, cujas linhas foram defi-



Homem com malária: antes a doença era endêmica: com os garimpeiros, virou epidemia

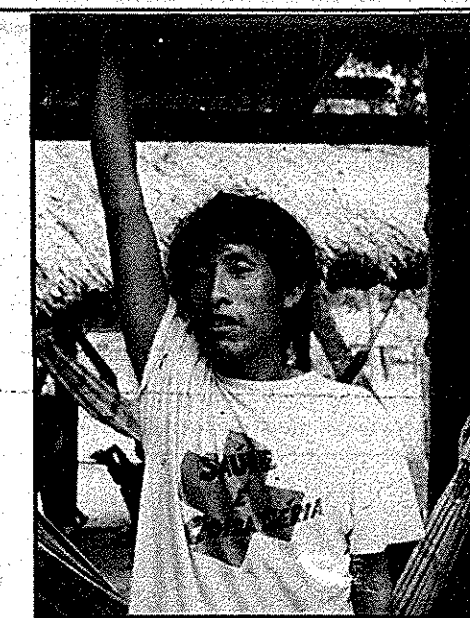
Vítimas da fome da malária, de armas de fogo

A situação da saúde dos Yanomami começou a se agravar especialmente a partir de 1987, quando os garimpeiros invadiram o seu território maciçamente.

Até então, a malária, por exemplo, embora endêmica em várias regiões desse território, não chegava a ser grave.

O quadro, no entanto, reverteu-se brutalmente. Surto de malária passaram a ser uma constante, contribuindo para a desorganização social acelerada dos Yanomami. Os homens, debilitados pela doença, deixavam de caçar e pescar, o que ampliava a desnutrição. E assim, a população indígena ficava mais exposta a outras doenças, como a tuberculose, afecções respiratórias, gastroenterites, etc.

Os médicos e enfermeiras que participaram do Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami constataram um quadro macabro. Eles avaliaram que cerca de 15% da população Yanomami de Roraima pereceram nos últimos dois anos. Houve aldeias em que a morte atingiu 80% das pessoas.



Mário Pahaitheri: qualquer plano de saúde só é sério se incluir a retirada dos invasores

ma, Dom Aldo Mongiano, dezenas de garimpeiros tentaram invadir a Cúria Diocesana. A pedido da Polícia Federal, uma viatura da Polícia Militar, desde a véspera, montava guarda diante da casa do bispo, que nas últimas semanas vinha recebendo ameaças de morte.

Após várias horas de reunião, numa sala do Palácio do Governo, foi assinado um termo de compromisso pelo governo estadual, a Funai, o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) a União dos sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), a Associação dos Aeronautas de Roraima, as empresas de mineração que atuam na área, o sindicato e duas cooperativas de garimpeiros. De acordo com o docu-

Mas os índios não morreram apenas por causa de doenças. Foram vítimas também da violência dos garimpeiros que os ameaçam e intimidam, forçam-nos a manter relações sexuais e os ferem com armas de fogo.

O Relatório de Saúde dos Yanomami, elaborado pela Ação pela Cidadania, concluiu que o genocídio dos Yanomami somente poderá ser sustado se houver a retirada imediata de todos os garimpeiros do território indígena e a demarcação das terras.

A entidade acredita que para a restauração da saúde indígena é necessária a participação de instituições governamentais e civis na elaboração de um programa permanente de assistência à saúde dos índios. Até que isto aconteça, a entidade deverá oferecer apoio às equipes voluntárias para garantia do atendimento médico emergencial.

Na opinião da Ação pela Cidadania, o programa permanente deve ser estendido a todas as comunidades da nação Yanomami do País, incluindo aquelas que habitam o Estado do Amazonas.

Segundo o relatório, a criação de reservas garimpeiras nas terras tradicionais yanomami é injustificável. A Ação pela Cidadania considera a presença dos garimpeiros o principal fator de risco para a ocorrência de doenças nas populações indígenas.

mento, os signatários se comprometiam em promover a retirada espontânea dos garimpeiros, num prazo de 60 dias para a região do Surucucu e de 90 dias para as demais regiões. Os quais seriam realocados nas três reservas garimpeiras a serem criadas nas chamadas "florestas nacionais" — que, na verdade, ficam dentro do território yanomami —, nos termos da proposta do governador Romero Jucá.

MAIS UMA AFRONTA À JUSTIÇA FEDERAL

O acordo, é claro, era uma afronta às ordens da Justiça Federal. A reação do Ministério Público foi imediata. O procurador da República, Eugênio José de Aragão, solicitou à Justiça ouvir o delegado Romeu Tuma. Se ele confirmasse o acordo, que fosse preso em flagrante delito, por desobediência ao cumprimento de ordem judicial. No depoimento que deu ao juiz da 7ª Vara do Distrito Federal, Tuma negou a existência do acordo. O ministro da Justiça, entretanto, afirmou não só que o mesmo existia — o que todo mundo já sabia, pois a imprensa divulgara fac-símile dele — como que era "perfeitamente legal".

Manifestações de repúdio à atitude de Saulo Ramos pipocaram tanto no Brasil quanto no exterior. Até mesmo os funcionários da Funai organizaram uma inédita manifestação em favor dos Yanomami. O ministro reagiu a tudo com sarcasmos. Chamou o procurador Eugênio Aragão de "jovem que só leu um livro de Direito" e disse que a extensão da polêmica em torno do caso Yanomami "é o resultado de uma série de junções secretas, a maioria delas de





caráter internacional". E que as atividades de garimpagem no Brasil "contrariam muitos interesses, especialmente da África do Sul e da União Soviética"...

De qualquer maneira, as críticas obrigaram o governo a fazer um recuo tático. No dia 24 de janeiro o ministro da Casa Civil, Luís Roberto Ponte, que é irmão do vice-presidente da CNBB, Dom Paulo Ponte, convidou Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Aldo Mongiano, e o deputado Plínio de Arruda Sampaio, da Ação pela Cidadania, para uma reunião no Palácio do Planalto, com representantes de ministérios e órgãos envolvidos na questão. Durante o encontro, os representantes do governo propuseram a criação da reserva garimpeira de Uraricaá-Santa Rosa, sob o argumento de que os garimpeiros só sairiam da área se lhes fosse dada uma alternativa de trabalho. Os bispos e o deputado concordaram com a proposta, como uma medida provisória. Garantiram a eles que o trecho da reserva (de cerca de 16,5 mil hectares) que incidia sobre o território indígena, seria excluído da proposta.

No dia seguinte, o presidente Sarney assinou o decreto, criando a reserva. Dias depois, fazendo a plotagem das coordenadas da reserva sobre o mapa, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) descobriu que o governo enganara a CNBB e a Ação pela Cidadania: o referido trecho incidente continuava como parte da gleba garimpeira, que aliás foi recebida com desdém pelas lideranças dos donos dos garimpos. O empresário Altino Machado, por exemplo, disse que a reserva já estava esgotada e que "hoje não passa de uma mina de malária".

No mesmo dia, o juiz Giorgio Lopes Leite, da Justiça Federal de Roraima, acrescentaria um pouco mais

...e do propósito de exterminar os Yanomami



Dom Luciano: incansável defensor dos índios



Dom Aldo: persistência, mesmo com as ameaças e falsas acusações

Igreja, uma voz firme em favor da nação Yanomami

A Igreja Católica não tem medido esforços na defesa dos direitos dos povos indígenas, em especial dos Yanomami, pela gravidade de sua situação. Unidos ao Conselho Indigenista Missionário, o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, e o bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, tem tomado sucessivas iniciativas em favor daquela nação.

Há vários anos, Dom Luciano tem feito gestões junto às autoridades, exigindo uma solução que salve aquele povo.

Já o bispo de Roraima tem sofrido ameaças de morte e ataques caluniosos por causa de suas posições Pró-Yanomami. O último desses ataques partiu do ministro Saulo Ramos que mandou a Polícia Federal apurar diversas acusações, já arquivadas por falta de provas, envolvendo o bispo e os padres da Diocese de Roraima em atos inverossímeis de incitamento à

violência, contrabando etc.

A causa yanomami é cada vez mais assumida pelo conjunto da Igreja no Brasil. No dia 15 de fevereiro, os bispos dos regionais Norte I e Norte II da CNBB, firmaram a Carta de Belém, em que defendem a vida na Amazônia e chamam a atenção para o genocídio dos Yanomami.

A questão tem também merecido a preocupação da Igreja em outros países. Em sua visita à Inglaterra, no início de fevereiro, o presidente eleito Fernando Collor de Mello recebeu uma carta pedindo pela vida dos Yanomami. O documento foi assinado por várias organizações ligadas à Igreja, como o Catholic Institute for International Relations (CIIR).

Antes, no dia 12 de janeiro, o Conselho Mundial de Igrejas enviou uma carta ao presidente Sarney, apelando para que o governo brasileiro retirasse os garimpeiros do território indígena.

estivera Romeu Tuma. A Praça do Centro Cívico estava ocupada desde cedo por centenas de garimpeiros e parte do comércio havia fechado as portas por solidariedade ou medo. A multidão improvisou churrasqueiras, onde rolavam bebidas alcoólicas. Resultado: confronto com os policiais, pedras atiradas contra automóveis e as vidraças do próprio Palácio do Governo, tentativas de invasão da casa do bispo. Que, aliás, decidiu não receber o ministro, para evitar que a Rede Globo dissesse depois que ele participara de algum acordo, como ocorreu na visita de Tuma. A noite, o governador comunica o resultado da reunião com Saulo Ramos: "Podem ir para casa e comemorar. O garimpo está aberto. Na Floresta Nacional de Roraima ninguém mais vai perturbar vocês". O ministro garantiu aval ao acordo assinado há um mês e prometeu a edição de decretos de criação das duas outras reservas.

Nas duas semanas seguintes, Saulo Ramos continuaria aprontando, freneticamente, para desviar a atenção do verdadeiro problema: o descumprimento das ordens judiciais. Saulo pediu o inquérito contra os jornalistas da Antenne 2, televisão francesa, que filmaram a índia morrendo, acusando-os de omissão de socorro. Soube-se depois que a índia recebeu os cuidados de cinco médicos e várias enfermeiras, durante vários dias. O ministro mandou também investigar uma série de denúncias (contrabando, incitação à violência e até abusos sexuais) envolvendo os padres e o bispo de Roraima. Denúncias velhas, caluniosas, já desmoralizadas e arquivadas pela justiça por absoluta falta de provas.

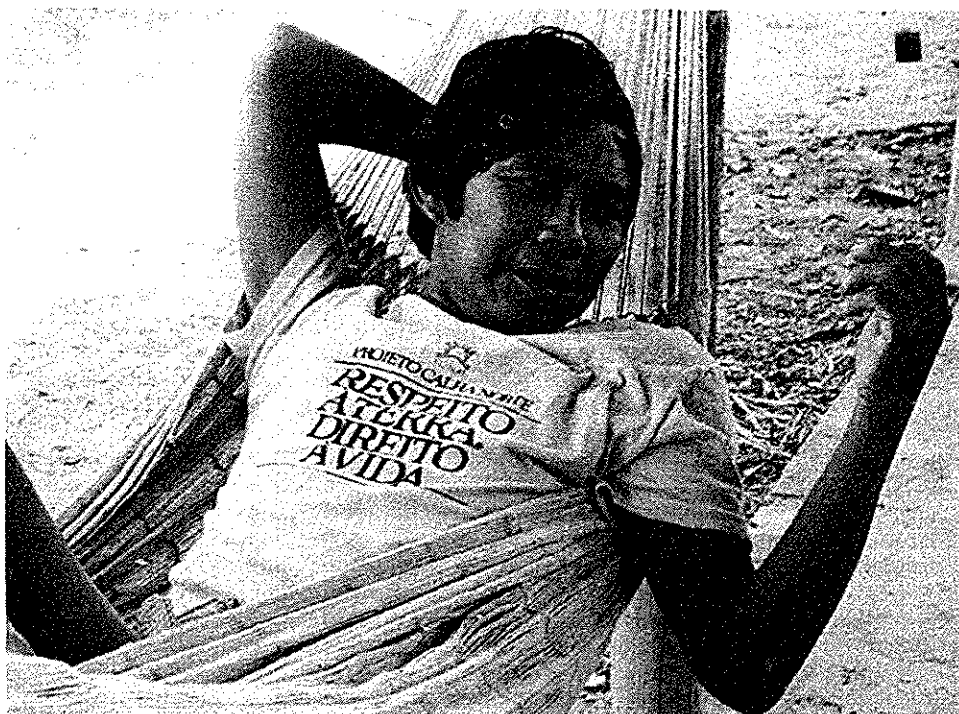
O PRÍNCIPE CHARLES DIZ QUE É GENOCÍDIO

Nesses dias, o presidente eleito Fernando Collor de Mello fazia o seu périplo mundial. Em todo lugar que passava havia uma manifestação de protesto contra a devastação da Amazônia e em defesa dos Yanomami. Até mesmo o príncipe Charles denunciou que os Yanomami são vítimas de um genocídio.

Finalmente, no dia 16 de fevereiro, o presidente José Sarney assina os decretos criando as reservas garimpeiras de Uraricoera e Catrimani-Couto Magalhães, localizadas na chamada Floresta Nacional de Roraima, de fato território indígena. Sete meses depois do ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, ter anunciado que as reservas seriam criadas, segundo proposta do governador Romero Jucá Filho (Projeto Meridiano 62), para "legalizar e ordenar" o garimpo em Roraima.

Não restou ao Ministério Público, através do subprocurador geral da República, Carlos Victor Muzzi, senão acusar, perante a Câmara dos Deputados, por crime de responsabilidade, o presidente José Sarney e os ministros da Justiça, Saulo Ramos, da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima; da Saúde, Seigo Tsuzuki; das Minas e Energia, Vicente Fialho e do Interior, João Alves. Todos eles assinaram os decretos que criaram as reservas.

Antônio Carlos Queiroz



Alexandre Xirixana, com a camiseta do Calha Norte: o Exército faz propaganda para esconder o genocídio

de confusão à pantomima: passando por cima da Justiça Federal do Distrito Federal, ele concedeu liminares a alguns donos de garimpos, permitindo que eles voltassem a abastecer seus barrancos a partir do Aeroporto de Boa Vista. A decisão acabou paralisando a operação de retirada dos garimpeiros, que vinha sendo feita na galega, e obrigou o presidente Sarney a adiar para a semana seguinte o seu pronunciamento em cadeia de rádio e televisão. No discurso, Sarney anunciou que a criação da reserva de Uraricaá-Santa Rosa havia solucionado o caso Yanomami...

Para resolver o impasse criado pelo juiz de Roraima, publicou-se uma portaria interministerial dando ao ministro Saulo Ramos a responsabilidade pelo comando da operação de retirada. Parece até que foi coisa combinada. Surgia a oportunidade do ministro ir a Boa Vista para... garantir aos garimpeiros a criação das outras duas reservas.

Saulo chegou a Boa Vista no dia 1º de fevereiro, num clima de tensão bem maior do que quando ali